

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



Sessão de Encerramento do 1º Congresso Nacional da Economia Social



Reunião ibérica em Badajoz

Relatório de Atividades e Contas 2017 7 de abril de 2018 – Coimbra

Índice	
Introdução.....	3
I. Ações Estratégicas	4
1.1. Representações institucionais.....	4
1.2. Revisão da Legislação Associativa e Dia Nacional das Colectividades	4
1.3. Programa Nacional de Incentivos ao Emprego nas Associações	5
1.4. Balcão único – Simplex Associativo	5
1.5. Relações com Movimentos e Organizações Sociais	5
1.6. Relações internacionais	6
II. Projetos	6
2.1. Capacitação da Confederação/POISE.2020	6
2.2. Formação superior dos DAVs e formação protocolada com autarquias.....	7
2.3. Jogos Tradicionais	7
2.4. Revista Análise Associativa.....	7
2.5. História da Confederação (1924-1974).....	8
2.6. Salvaguarda dos Arquivos Históricos Associativos.....	8
2.7. Projeto Animar as Zonas Históricas	8
2.8. GERAP – Geriatria Associativa Preventiva	8
III. Organização e funcionamento.....	8
3.1. Funcionamento Órgãos Sociais	8
3.2. Campanha de novas filiadas.....	8
3.3. Campanha de “Prova de Vida e designação de Delegados”.....	9
3.4. Dinamização e apoio às Estruturas Descentralizadas.....	9
3.5. Seleção e tomada de posse de Colectividades ELO.....	9
3.6. Sustentabilidade financeira.....	9
3.7. Congresso Associativo na Madeira	10
3.8. Sede da Confederação	11
3.9. Representações associativas.....	11
3.9. Movimento administrativo e consultoria	12
3.10. Comunicação, informação e imagem	12
3.11. Pessoal.....	13
IV. Nota final (AF).....	13

Introdução

O ano de 2017 foi fértil em grandes acontecimentos para o movimento associativo popular. Empenhámo-nos na organização do 1º Congresso Nacional da Economia Social onde, em conjunto com as restantes entidades do CNES, promovemos 4 sessões temáticas e a sessão de encerramento com uma ampla representação de dirigentes associativos. Estivemos na primeira linha de contribuir para o Projeto de Estatutos da CESP – Confederação Portuguesa da Economia Social. Foi uma excelente experiência onde ficámos a conhecer melhor os parceiros da ES e, por seu lado, eles ficaram a conhecer a nossa realidade.

O Projeto de Capacitação avançou e foi determinante na agenda do ponto de vista da execução física e da sustentabilidade financeira. Cumpriram-se todas as atividades que estavam previstas, tendo-se atingido os objetivos que constavam da Memória Descritiva. A avaliação dos dirigentes que participaram neste projeto foi positiva, acima dos 75% o que representa um estímulo para continuarmos.

A apresentação do livro “Um outro olhar sobre o associativismo popular” veio colocar na ordem do dia do nosso movimento as questões da legislação e da necessidade de promover um conjunto de alterações, tendo sido apresentadas à Assembleia da República (AR). Medimos os possíveis impactos dessas alterações e concluímos que se tratam essencialmente de questões políticas sem impactos financeiros.

Promovemos o acordo com a nossa congénere espanhola, tendo participado em vários eventos em Espanha em contrapartida com a participação dos nossos colegas em eventos que realizámos em Portugal. Acabámos por estabelecer um acordo entre as duas instituições que irá permitir que cada uma por si ou em conjunto nos candidatem a fundos comunitários. Decidimos a criação de uma Plataforma Ibérica Associativa (informal) com objetivos bem definidos, entre os quais a realização alternada de um Encontro anual.

Ao fim de 14 anos de reuniões, abaixo assinados e muitas e variadas formas de intervenção social e lutas, conseguimos o reconhecimento que faltava e fomos inseridos no CES - Conselho Económico e Social. Por um lado, encerra-se aqui uma fase da nossa existência coletiva e por outro lado abre-se uma nova fase em que devemos ser capazes de fazer o diagnóstico das necessidades e apresentar as nossas propostas de soluções aos poderes públicos instituídos.

Estivemos atentos às questões da comunicação, informação e imagem; sustentabilidade financeira; formação dos dirigentes; alertas preventivos às filiadas e dirigentes; condições de higiene e segurança no trabalho; cooperação com outras entidades; cumprimento das normas estatutárias e regulamentares; cumprimento das boas práticas de contratação e transparência na gestão; assegurámos o funcionamento regular dos órgãos sociais da Confederação.

Temos a consciência que as exigências impostas ao movimento associativo e em particular à nossa Confederação são bastante maiores do que os meios que nos são disponibilizados. Mantêm-se as assimetrias entre as entidades da Economia Social, valorizando-se o modelo social de remediação em detrimento do modelo de prevenção que defendemos.

Todo o trabalho realizado obedeceu ao princípio de cumprimento das linhas programáticas para o mandato 2016/2019 e ao Plano de Atividades e Orçamento - PAO aprovado. Sabemos o que fizemos, o que ficou por fazer e as suas causas.

Sem os profissionais que compõem o quadro de trabalhadores da nossa Confederação não seria possível realizar tão grande e exigente tarefa. A todos o nosso reconhecimento.

I. Ações Estratégicas

1.1. Representações institucionais

As representações institucionais continuam a ser uma importante componente da nossa agenda associativa. A Confederação alargou a sua representação a vários níveis, tanto com entidades públicas (Estado Central), como com entidades da Economia Social ou com entidades privadas.

No plano das instituições do Estado, tivemos representação no Conselho Nacional da Economia Social (CNES); Conselho Nacional do Desporto (CND); Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ); Secretaria de Estado da Cultura; Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (MTSSS); XII Comissão da Cultura da Assembleia da República e na Audição da Confederação no âmbito do Grupo de Trabalho, Alteração da Composição do Conselho Económico e Social (CES).

No plano das entidades da Economia Social, participámos na Comissão Organizadora do 1º Congresso Nacional da Economia Social e Comissão para a Elaboração do Projeto de Estatutos da CESP. Estivemos representados nas sessões de Lisboa (INE), Póvoa do Varzim (AGROS), Évora (FAJA) e na Sessão de Encerramento (ISCTE) com uma média de 25 Dirigentes por sessão.

Dinamizámos e tomámos posição conjunta no âmbito do Conselho Nacional do Associativismo Popular (CNAIP); Mantivemos a nossa representação institucional na Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) e participámos no 3º Laboratório do Voluntariado; 2º Encontro Confederativo; 1º Dia Internacional do Voluntariado com entrega do Troféu Português do Voluntariado; Cerimónia de entrega dos prémios da V Edição do Concurso Literário “A Ética na Vida e no Desporto”; Conferência “40 Anos da Federação do Folclore Português: O passado o presente e o futuro do movimento do folclore nacional”; Tribuna Pública – FENPROF; Assembleia Geral da Confederação do Desporto de Portugal; Primeiras Jornadas ISSSL-UL: Temas críticos da intervenção social; Lançamento da Comunidade IS 2017; AMUT - Cerimónia de apresentação como IPSS Mutualista; 5º Encontro de apresentação do

Dia Internacional da Criança; European Conferência “Social Economy, na enterprise, model for the future of Europe; Cerimónia de Entrega das Bolsas de Educação Jogos Santa Casa 2016/2017; Assembleia Plenária e Tomada de Posse dos Órgãos Sociais do Comité Olímpico de Portugal; Apresentação Pública das Recomendações para a Implementação dos ODS em Portugal; II Conferência “40 Anos do Poder Local – A importância das Associações na Freguesia; Colóquio “A importância do Associativismo na Defesa dos Direitos dos Cidadãos”; Cerimónia de entrega do dossier da Candidatura de Lisboa a Capital Europeia do Desporto em 2021; Lançamento do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e Legislação Complementar; Inauguração das novas instalações da Federação das Colectividades do Concelho de Vila Nova de Gaia, Seminário de Comemoração do 50º Aniversário de “O Ninho” (1967/2017); Tomada de Posse Mútua dos Pescadores; 13º Encontro Nacional MUSP; Comemoração dos 700 Anos da Criação Formal da Marinha Portuguesa; Comemoração do Dia Nacional do Mutualismo; SIDAC; Universidade Lusófona; CPLP; GEOFundos, CONFECOOP, ANIMAR; Montepio Social Tech; Salvaguardia del Património Cultural Imaterial “Tradición Oral Siglo XXI”; 8ª Conferência Nacional da Inter-Reformados.

1.2. Revisão da Legislação Associativa e Dia Nacional das Colectividades

O processo de revisão da legislação associativa, tema do Dia Nacional das Colectividades em 2017, foi desenvolvido, como previsto, ou seja, em três momentos ou etapas sequenciais:

- Nos primeiros meses do ano, entre janeiro e abril, foram realizadas 11 sessões de apresentação do livro “Um outro olhar sobre o associativismo popular” e de discussão das propostas nele vertidas.

Sessões que tiveram uma excelente adesão e um elevado nível de participação e reflexão: participaram nas 11 sessões, 460 dirigentes associativos e foram apresentadas 149 intervenções.

- Com base nessas intervenções foi elaborado um relatório final – com as propostas de revisão da legislação associativa. Este relatório foi apresentado no dia 31 de maio, na Assembleia da República, e enviado a todos os grupos parlamentares.

A par deste relatório, a Confederação participou igualmente num grupo de trabalho, criado no CNES, para preparar a Revisão do Estatuto Fiscal da Economia Social. Em abril de 2017, a Confederação apresentou um conjunto de propostas para a revisão desse estatuto fiscal. Foram, depois disso, solicitadas audiências com todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República.

Foram realizadas reuniões com os grupos parlamentares do PCP, PEV e PS.

Foi ainda realizada uma reunião de trabalho com deputados do PCP, para análise de algumas propostas defendidas pela Confederação.

O balanço deste processo é, pois, muito positivo – e corresponde totalmente ao programado. Envolveu um número muito significativo de dirigentes. Aponta para um amplo processo de reforma, devidamente fundamentado – e devidamente defendido no plano teórico e do impacto social e financeiro.

A apresentação das nossas propostas foi feita no Auditório António de Almeida Santos, na Assembleia da República, tendo sido o tema das comemorações do Dia Nacional das Coletividades, a 31 de maio. Estiveram presentes mais de 170 pessoas, destacando-se o Presidente da AR, Dr. Ferro Rodrigues, Deputados do PS, PCP, BE e Verdes que usaram da palavra e destacaram a importância do movimento associativo e a concordância com as propostas de revisão da Legislação. Nesta sessão foram entregues Galardões e Distinções a entidades coletivas e personalidades, destacando-se a entrega do Galardão “Instrução e Arte” à Assembleia da República.

1.3. Programa Nacional de Incentivos ao Emprego nas Associações

No seguimento das Recomendações Estratégicas do Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes (2015), apresentámos uma proposta ao Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) onde tivemos oportunidade de demonstrar as vantagens e necessidade de regularizar centenas de situações laborais de precaridade e de potencial de criação de novos empregos no associativismo.

No seguimento deste contacto com o MTSSS apresentámos em setembro uma proposta ao Orçamento de Estado - OE para 2018 via Governo e via Grupos Parlamentares. A nossa proposta não teve consequência no OE.

Da parte do MTSSS foi manifestada a disponibilidade para apreciar as nossas propostas mas até à data não foi dada nenhuma resposta concreta.

1.4. Balcão único – Simplex Associativo

Sendo um dos objetivos apontados pelo Congresso de 2015, foram apresentadas propostas que visavam que as Juntas de Freguesia assumissem a concentração de serviços de apoio ao movimento associativo onde este pudesse, com uma única deslocação, tratar de todos os procedimentos necessários à formalização e licenciamento de atividades, nomeadamente: SPA; Pass Música; IPDJ; IGAC; PSP; GNR; Ruído; Ocupação de via pública, etc.

1.5. Relações com Movimentos e Organizações Sociais

Durante 2017 prosseguimos o acompanhamento ativo dos movimentos sociais com que já vínhamos colaborando e participámos nalgumas das suas iniciativas nomeadamente com: Movimento da Cultura para Todos onde intervimos nas concentrações que promoveram em Lisboa; com CPPC onde participámos na sessão de apoio à Palestina realizada na Casa do Alentejo para além do apoio que manifestámos noutras ações.

Intensificámos a nossa participação no FNAS – Fórum Nacional Álcool e Saúde apresentando as

nossas cartas de adesão e de compromisso; participámos na reunião do Grupo de trabalho “Territórios Sustentáveis” da ANIMAR; participámos no Seminário do Movimento Erradicar a Pobreza realizado na Gulbenkian; Participação no 3º Laboratório do Voluntariado - 2º Encontro Confederativo; 1º Dia Internacional do Voluntariado com entrega do Troféu Português do Voluntariado. Decidimos aderir coletivamente ao Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), para o qual indicámos 2 membros da Direção.

1.6. Relações internacionais

Nas Relações internacionais, regista-se como muito positivo o trabalho que vai sendo desenvolvido nas Comunidades e para o qual damos visibilidade, nomeadamente Andorra, França, Suíça e Suécia, para além da Argentina, Brasil, Estados Unidos, Timor e Austrália, com as quais é mantido o diálogo associativo. Foram dados alguns passos na colaboração direta da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) e com os países Latino-Americanos do qual Portugal faz parte.

Com a criação da Plataforma Ibérica do Associativismo em movimento entre a Confederação e a Federación Española de Agrupaciones de Folclore (FEAF), no seguimento das nossas deslocações a Espanha e das deslocações dos colegas espanhóis a Portugal muito se espera para a vinculação efetiva dos dois países do sul da Europa numa profícua e positiva interação associativa entre os dois países. O acordo celebrado entre as partes permitiu que a Confederação apresentasse a sua candidatura à 2ª Fase da Capacitação, com a inclusão deste importante parceiro.

Ficou ainda decidido na reunião de Badajoz, a realização do Encontro Ibérico Associativo que em anos pares, caso de 2018, será realizado em Portugal e nos anos ímpares em Espanha, com a intervenção associativa dos dois países, onde se espera trocar experiências sobre cultura tradicional como Jogos Tradicionais, Música e reflexão sobre as políticas públicas de cada país

II. Projetos

2.1. Capacitação da Confederação/POISE.2020
Como se previa no Plano de Atividades para 2017, o Projeto da Capacitação seria estruturante na atividade e orçamento da Confederação. Esta previsão veio a confirma-se.

Entre 2 de novembro de 2016 e 30 de novembro de 2017 concretizou-se a Operação nº POISE-03-4639-FSE-000003 (Capacitação Institucional das Organizações da Economia Social Membros do Conselho Nacional para a Economia Social), que teve como objetivo a capacitação da Confederação Portuguesa das Colectividades a nível humano, tecnológico, organizativo e participativo, contribuindo para o incremento da sua visibilidade e da sua sustentabilidade, nas várias vertentes.

O plano de implementação da Operação foi alterado devido ao corte orçamental, bem como ao atraso na sua aprovação. Prevista para 24 meses, a Operação teve uma duração de apenas 13 meses. Neste espaço de tempo, todas as atividades (num total de 17) foram executadas e os objetivos definidos foram atingidos. Ou seja, uma vez mais, a Confederação foi bem-sucedida no que respeita à execução de um programa do Fundo Social Europeu (FSE).

Foram pilares incontornáveis desta Operação:

- A Plataforma MAP – ferramenta tecnológica que reflete todos os serviços e áreas de atuação da Confederação (disponível 24/ 24 horas, todos os dias, a partir de qualquer dispositivo, computador, smartphone, tablet, telemóvel);
- O diversificado Programa de Formação Ação, que incluiu matérias tão diversas como TIC, Contabilidade e Finanças ou Formação Base de Dirigentes.

Nesta Operação, o universo de DAVs elegíveis para Capacitação foi composto pelos Órgãos Sociais da Confederação, Federações, Associações Distritais, Associações Concelhias e Coletividades ELO. Entre dirigentes e trabalhadores (as), foram registados (as) 101 participantes.

Não obstante a 1ª Fase ter terminado a 30 de Novembro, deu-se continuidade ao encerramento desta fase e início (1 Dezembro) à 2ª Fase que se desenvolverá por 36 meses (30 Novembro 2020).

No dia-a-dia da organização e de todos (as) que lhe dão vida, os impactos da operação continuam a suceder-se. É-nos dado constatar evidências da implementação da cultura de gestão de projetos na Confederação, bem como significativo incremento da aceitação da mudança, por parte dos(as) trabalhadores(as) e dos(as) Dirigentes Associativos Voluntários e Benévolos (DAVS).

2.2. Formação superior dos DAVS e formação protocolada com autarquias

Mantivemos a linha de promover a formação de DAVS através de ações de sensibilização e informação, tendo participado na edição da Universidade de Verão da UAL – Universidade Autónoma de Lisboa com quem temos protocolo. Inscrevemos um DAVS e uma Técnica na Pós-graduação em Economia Social no ISCSP através do convite feito pela CASES.

Mantivemos, alargámos e intensificámos a formação dos dirigentes das filiadas em colaboração com Câmaras e Juntas de Freguesia. Nestas sessões participaram, para além dos dirigentes associativos, técnicos e eleitos das autarquias.

Realizaram-se 20 sessões onde participaram cerca de 390 DAVS tendo-se atingido cerca de 32.055 horas de volume de formação. Os concelhos abrangidos por estas sessões foram: Loures (4); Seixal (2 Ações); T. Vedras (3 Ações); Serpa (3 Ações); Alcochete (2 Ações); JFMGrande (2 Ações); JFSCharneca (2 Ações); Contrato Programa CMLX (2 Ações). Com registo de pelo menos uma ação: Ourém; KIT Dirigentes; Formadores Porto.

2.3. Jogos Tradicionais

No ano de 2017 a Confederação efetuou um conjunto de iniciativas e eventos para divulgação e promoção dos Jogos Tradicionais, sendo de realçar a apresentação dos mesmos e evento realizado no dia 2 de Junho (Lisboa), junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por ocasião do Dia Internacional da

Criança, onde como entidade organizadora, orientámos a implementação de uma tarde dedicada aos jovens, com uma demonstração de Jogos Tradicionais, bem como de jogos oriundos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Guiné Conacri, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor. Evento este que contou também com a colaboração de monitores oriundos destes países.

No âmbito dos Jogos Tradicionais Adaptados, realizámos por todo o País a oferta e distribuição de uma publicação específica da Confederação, junto de várias Instituições de Solidariedade Social (APPCDM's e CERCIS) com especial enfoque nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal e Vila Real.

Exposições e demonstrações dos Jogos Tradicionais foram igualmente efetuadas em diversas localidades e sempre como apoio e colaboração de diversas Coletividades e Associações Concelhias.

Sendo de realçar a indicação dada pela Confederação na nomeação da Associação das Colectividades do Concelho de Almada, junto da Confederação do Desporto de Portugal, para atribuição do Prémio “Mérito Desportivo CDP” – Personalidade do Ano, prémio de grande prestígio, que foi entregue no dia 17 de janeiro 2018 na Gala do Desporto, que teve lugar no Casino do Estoril.

Este merecido reconhecimento deve-se ao trabalho na Mostra de Jogos Tradicionais; participação na Indonésia (Jogos Mundiais 2016); implementação dos Jogos Tradicionais junto das Escolas do 1º Ciclo Escolar; demonstrações concelhias e extra concelhias, contando com um total de 12.756 participantes.

2.4. Revista Análise Associativa

Em 2017 foi publicado e apresentado publicamente, no Montepio, em Lisboa, o n.º 4 da Revista Análise Associativa. Este número teve como tema em destaque “Os Jogos Tradicionais” e contou com a participação de vários dos mais destacados académicos e especialistas na matéria.

Tendo sido distribuída a nível nacional por bibliotecas universitárias e municipais, simultaneamente, passou a disponibilizar-se a Revista em formato digital – no sítio da Internet da Confederação. Permite-se assim uma mais ampla difusão da Revista e dos trabalhos nela publicados. Conhecem-se vários trabalhos académicos e de investigação que citam textos e artigos das várias Análises Associativas já publicadas.

2.5. História da Confederação (1924-1974)

No ano de 2017 foram realizados vários contactos, de modo a identificar e selecionar um investigador para poder realizar o estudo em referência. Após confirmação da disponibilidade de um investigador, foi solicitado ao Ministério da Educação a respectiva cedência de interesse público, durante o período de um ano.

O pedido foi indeferido pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação com uma fundamentação deficiente e insuficiente. A Confederação decidiu impugnar essa decisão, tendo recebido, entretanto, a confirmação do indeferimento em Setembro de 2017.

Embora não nos tenhamos conformado com a decisão referida, a verdade é que o indeferimento da cedência do referido investigador acabou por inviabilizar a concretização do estudo em apreço, no prazo programado. Importa agora reavaliar o Projeto, e a forma da sua concretização, face ao condicionamento referido.

2.6. Salvaguarda dos Arquivos Históricos Associativos

A indefinição quanto às novas instalações da sede da Confederação por parte da Câmara Municipal de Lisboa obrigou a que fossem adiadas várias atividades com vista à salvaguarda dos arquivos associativos da Confederação, como desejávamos. Sem conhecer onde e qual o espaço, nem as condições para a mudança que teremos disponíveis não é possível avançar neste campo.

No entanto, em 2017, demos seguimento aos contactos com a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e Bibliotecas (DGLAB) sobre esta matéria, recolhemos propostas e apresentações de empresas dedicadas à recuperação, arquivo e

desmaterialização (digitalização) dos fundos documentais e publicámos no Elo Associativo artigos com referências e alertas para esta importante área da história do associativismo e do país.

2.7. Projeto Animar as Zonas Históricas

Sendo um Projeto conjunto com Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias (CPPME) não houve condições objetivas para o desenvolvimento do mesmo. Após a assinatura de Protocolo entre as partes devia ter-se iniciado o Projeto-piloto a desenvolver em dois concelhos consensualizados entre as duas confederações e as filiadas de cada uma delas. Não houve disponibilidade dos dirigentes para avançar. Estamos a desenvolver esforços para que esse processo tenha algum desenvolvimento até final do presente mandato.

2.8. GERAP – Geriatria Associativa Preventiva

Trata-se de um Projeto que pela sua característica só será possível ser desenvolvido na 2ª Fase da Capacitação em 2018 e anos seguintes.

III. Organização e funcionamento

3.1. Funcionamento dos Órgãos Sociais

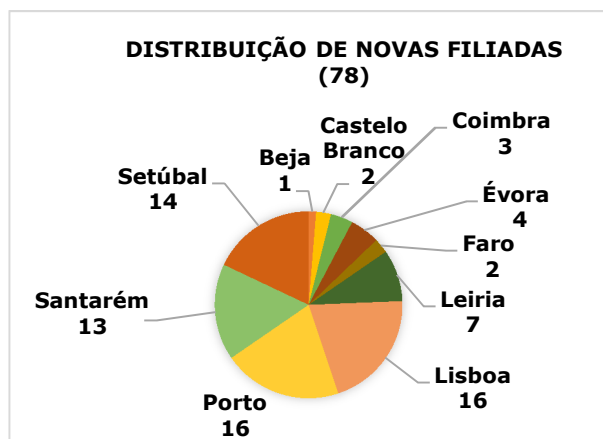
O funcionamento dos Órgãos Sociais da Confederação foram assegurados de forma regular, tendo-se realizado 3 Conselhos Nacionais (março, outubro e dezembro) e 41 reuniões da Direção das quais 12 foram em formato Nacional e 29 em formato Executivo. Há a considerar a saída de um membro da Direção que não foi substituído por outro dirigente da mesma filiada por dificuldades desta. Os Estatutos não permitem a substituição da filiada eleita pelo que a Direção teve que funcionar com menos um elemento.

Foram, entretanto, acionados os mecanismos estatutários que permitem a criação de Grupos de Trabalho e a nomeação de Assessores Voluntários junto da Direção.

3.2. Campanha de novas filiadas

O recrutamento e inscrição de novas filiadas é um dos grandes objetivos da Confederação. Partindo do princípio que “ninguém pode ser impedido ou obrigado a filiar-se”, constatamos que existe um

potencial para a filiação de centenas ou mesmo milhares de coletividades. O seu isolamento traz, objetivamente, riscos variados como a falta de informação, sensibilização, formação, atividades económicas, segurança e apoio em áreas como a legislação ou fiscalidade com todas as consequências para as associações e seus dirigentes.



A inscrição é normalmente feita por iniciativa das próprias coletividades. As Estruturas Descentralizadas não têm tido grande papel nesta área. No seguimento das representações da Confederação junto das filiações em sessões solenes de aniversário ou em ações de formação protocolizada com as autarquias, tem sido possível fazer o convite a coletividades que estando presentes são sensibilizadas para a inscrição na Confederação. A meta de chegar ao final do mandato com 4.000 filiações está em via de ser atingido.

3.3. Campanha de “Prova de Vida e designação de Delegados”.

Esta Campanha tinha como objectivo a actualização de dados, composição dos Órgãos Sociais, alterações estatutárias e a regularização de quotização junto de todas as filiações. Por falta de meios técnicos e logísticos não foi ainda possível cumprir com este objetivo no ano de 2017. Não obstante este atraso estrutural, existem muitas filiações que mantêm a designação de “Delegados à Confederação”.

3.4. Dinamização e apoio às Estruturas Descentralizadas

Foram propostas reuniões com as estruturas descentralizadas, nomeadamente com Federações Distritais e Associações Concelhias. Houve contudo algumas estruturas que, por razões de dificuldades internas de funcionamento, não se mostraram disponíveis para reunir, propondo que as reuniões fossem agendadas para 2018.

Ainda assim, foram dados alguns passos no sentido das Estruturas, mantendo a sua autonomia, terem indicado dirigentes para áreas como a Capacitação, Formação Geral Associativa, Jogos Tradicionais, Reforma da Legislação e Sustentabilidade Financeira.

Tomámos conhecimento dos processos de preparação de alguns atos eleitorais nas estruturas descentralizadas, designadamente, a Instalação da Federação de Évora e o processo de preparação da eleição da Federação de Beja.

3.5. Seleção e tomada de posse de Coletividades ELO

A designação de Coletividades Elo onde não existe Estrutura Descentralizada continuam a ser uma necessidade para aproximar a Confederação das Coletividades em geral e das filiações em particular. No ano 2017 não foi dada posse a nenhuma Coletividades ELO.

3.6. Sustentabilidade financeira

A sustentabilidade financeira da Confederação está proporcionalmente dependente do número de filiações, da sustentabilidade das estruturas descentralizadas e das filiações. A estrutura da Confederação recomendaria maior proximidade e regularidade entre dirigentes das Federações Distritais e Associações Concelhias com as filiações e não filiações. Contamos com 3.985 filiações (Dez. 2017) para uma meta de 4.000 até final do mandato. Desde o início do mandato aderiram 137 novas filiações (78 em 2017) havendo um enorme potencial que temos pela frente para novas filiações, se considerarmos o total de associações existentes.

A ausência desse trabalho de proximidade nota-se ainda mais nos distritos onde não existe qualquer estrutura. É aí que entram os dirigentes da Confederação que, muitas vezes por dificuldades económicas, tempo ou outras, não conseguem por si só chegar a tanto lado e desenvolverem um trabalho planificado, interagindo com todo MAP, de forma que façam sentir a importância das coletividades em terem aderido ou a aderirem à sua Confederação representativa, contribuindo assim para uma melhor sustentabilidade do movimento associativo. O MAP só tem a ganhar com uma relação agilizada e de compreensão mútua, entre Confederação, Estruturas e Filiadas.

Muitas são as solicitações que nos chegam com pedidos de informação de natureza jurídica e fiscal, às quais procuramos dar a resposta e apoio mais adequados.

Tendo em vista agilizar o apoio dos nossos serviços de contabilidade e fiscalidade às filiadas, na sequência da substituição da Contabilista Certificada (CC) em julho passado, a Direção decidiu abrir concurso para a admissão a tempo inteiro de um CC e assim melhorar a funcionalidade dos serviços, melhorar o apoio disponível nestas áreas, às Estruturas e Filiadas, tendo para o efeito, sido constituído um Júri de seleção. Depois da apreciação de várias candidaturas, o Júri selecionou e a Direção admitiu via Centro de Emprego o novo CC que, entretanto, terminou o seu contrato em janeiro. Ao mesmo tempo procedemos à aquisição de novos programas de contabilidade, salários e faturação.

Durante o ano de 2017 foram emitidas 23 Notas Associativas, das quais algumas destinadas à informação fiscal e afins, enviadas a todos os Órgãos Sociais, Estruturas e Filiadas.

A Confederação tem um conjunto de despesas certas de funcionalidade que atingiram uma média mensal de 8.396,95 euros com inclusão no quadro de 4 Técnicos contratados dedicados ao Projeto da Capacitação.

Do ponto de vista exclusivamente da sustentabilidade da Confederação, a Quotização deveria ser a principal fonte de receita. No

entanto, das 3.985 filiadas, somente 956 (24%) tinham a quota de 2017 paga no final do ano, havendo muitos atrasos de anos anteriores. Não obstante o esforço dos serviços e os vários alertas para as filiadas regularizarem a sua situação, o valor de receita de Quotização em 2017 foi de 43.443,22€. Se todas tivessem pago, a receita seria de 199.250€ o que nos daria uma situação financeira folgada.

Na atividade regular dos Dirigentes, muitas vezes estes são levados a pagar do seu próprio bolso deslocções, portagens, parqueamentos ou refeições. Isto constitui uma receita extraordinária para a CPCCRD, de donativos em dinheiro, oferta de Dirigentes no total de 16.974,81 €.

Dadas as dificuldades de Tesouraria existentes e tendo como principal preocupação os salários e subsídios de Natal do pessoal, a Direção Nacional em 4 de dezembro submeteu uma proposta de Resolução Associativa ao CN que aprovou por unanimidade e aclamação designada por *“Cumprir o Mandato, Reforçar o Movimento Associativo”*, com o objectivo de aumentar as receitas no primeiro trimestre 2018.

Os Protocolos de Formação estabelecidos com as Autarquias Locais continuam a ser um fator muito positivo para o equilíbrio financeiro da Confederação. Por seu lado, o Projeto Jogos Tradicionais, que deveria ter sido aprovado pelo IPDJ através de Contrato Programa, não foi considerado e contribuiu para uma despesa/custo sem comparticipação na ordem dos 4.000€.

O Projeto Capacitação, sendo estruturante na atividade e no peso relativo das receitas e despesas da Confederação, registou atrasos por parte do POISE que em muito contribuíram para o desequilíbrio financeiro da Confederação, tendo obrigado à contratação de uma Conta Corrente Caucionada junto do Montepio.

3.7. Congresso Associativo na Madeira
Realizou-se a 3 de junho de 2017 o 1º Congresso do Associativismo Popular da Região Autónoma da Madeira, sob o lema *“O Associativismo Popular Uma Força com Futuro”*, organização da Confederação Portuguesa das Colectividades de

Cultura Recreio e Desporto e da Banda Recreio Camponês, com o apoio da Câmara Municipal do Funchal e da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a presença de representante do Governo Regional.

Este Congresso foi mais um momento marcante, e muito significativo, na história do movimento associativo de raiz popular. E deixou em aberto várias perspetivas de trabalho, projetos e parcerias. Contribuiu, também, para a afirmação da Confederação na Região Autónoma da Madeira.

3.8. Sede da Confederação

Depois de criada uma Comissão de Acompanhamento do processo da nova sede junto da Direção, a pedido da Confederação foi feita uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina e Vereador Arq. Manuel Salgado em 12 de dezembro de 2016 onde foram abordados aspetos de pormenor, tendo a Câmara apontado como solução a reinstalação no prédio da Rua Maria Andrade.

O Presidente da Câmara assegurou que a Confederação teria cerca de 600 m2 disponíveis onde instalaria a sua Sede, Museu Nacional do Associativismo e o Centro Nacional de Documentação Associativa, como era pretendido pela Confederação.

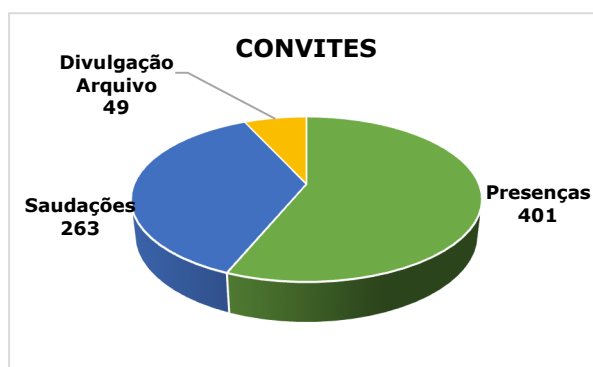
No seguimento dessa reunião foi feita uma visita ao espaço com técnicos do Departamento de Património, onde se pôde constatar que as instalações, com algumas alterações, seriam suficientes para a Confederação.

Após aguardar 11 meses por uma resposta concreta por parte da Câmara e porque, entretanto, parte das instalações foram ocupadas por uma outra entidade, a 7 de Novembro de 2017 apresentámos uma proposta por escrito, dirigida ao Presidente da Câmara onde propusemos a reinstalação da Confederação em três pisos (2º; 3º e 4º andares). Até à presente data não obtivemos qualquer resposta.

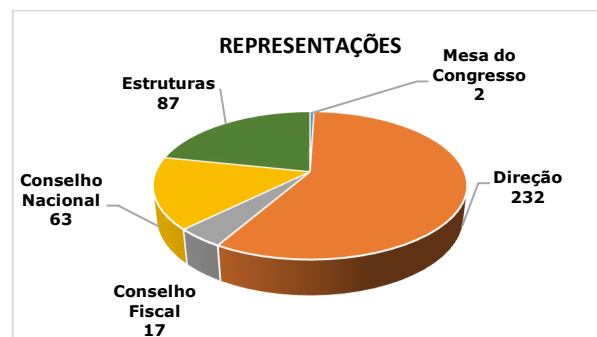
Nas reuniões que tivemos com o Departamento de Património e com o Presidente da Câmara, tivemos sempre presente as necessidades da Federação Distrital de Lisboa e da Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais.

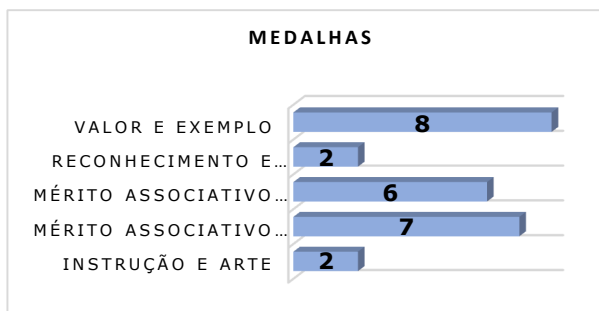
3.9. Representações associativas

As representações associativas representam grande parte das tarefas de todos os dirigentes da nossa Confederação e mesmo de algumas Estruturas Descentralizadas. No ano 2017 foram recebidos 713 convites para sessões solenes de aniversário, tomadas de posse e outros eventos associativos. Destes, estivemos representados pessoalmente em 401 (56,3%), enviámos saudação a 263 (36,9%) e fizemos a divulgação de 49 (6,8%). De realçar que todas as filiadas foram saudadas por altura do seu aniversário através da Saudação tipo que é emitida no início de cada mês.



Quanto à distribuição dos representantes nas 401 representações efetuadas, a Direção assegurou 232 (57,9%); Estruturas Descentralizadas 87 (21,7%); Conselho Nacional 63 (15,7%); Conselho Fiscal 17 (4,2%); Mesa do Congresso 2 (0,5%).

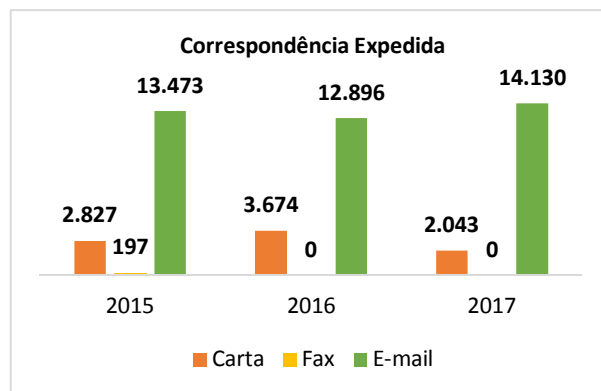
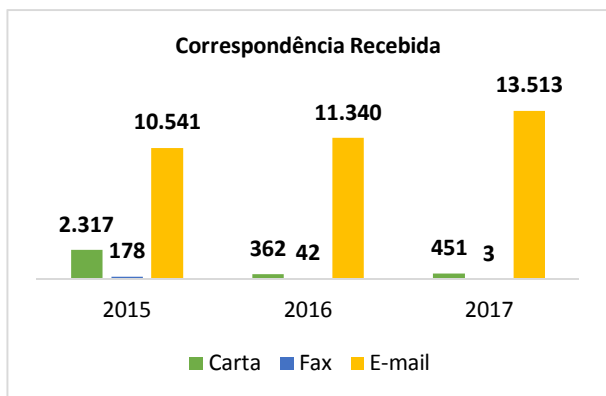




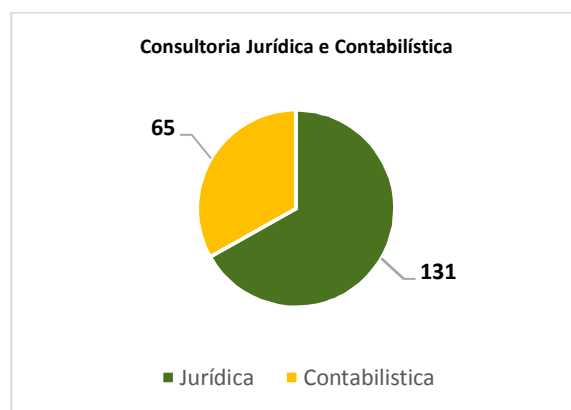
Nas várias sessões foram atribuídas 25 Medalhas e Diplomas de acordo com os Estatutos e Regulamento de Galardões e Distinções. Estas atribuições decorreram da iniciativa da Direção, das Filiadas e das Estruturas Descentralizadas. Destacam-se os Galardões “Instrução e Arte” atribuídos à Assembleia da República no Dia Nacional das Coletividades e a José Manuel Cacho Rodrigues, primeiro Presidente da Direção da FPCCR eleito democraticamente pós 25 de Abril de 1974.

3.9. Movimento administrativo e consultoria
Considerando a crescente atividade e representatividade da nossa Confederação, quer em termos e relacionamento com as filiadas e outras expressões associativas, quer com entidades externas ao movimento associativo, nota-se um crescendo de trabalho administrativo, embora com a tendência seja a redução de papel e o aumento por via informática.

Da análise comparativa dos anos anteriores como se pode ver pelos quadros acima, constata-se que aumentou a correspondência recebida (+19%) e a correspondência expedida (+9,6%).



A consultoria às filiadas nas áreas jurídica e contabilística/fiscal totalizaram 196 atos. Destes, 65 (33,1%) foram respondidos pelos serviços de Contabilidade e Fiscalidade e 131 (66,9%) foram respondidos pelos serviços jurídicos. De uma forma geral, as respostas foram satisfatórias e as filiadas manifestaram o seu agrado com os termos e tempos de resposta.



3.10. Comunicação, informação e imagem
Tivemos a preocupação de manter e intensificar a comunicação e informação entre os dirigentes dos vários Órgãos Sociais da Confederação, entre estes e as filiadas e ainda com as Estruturas Descentralizadas.

Foram produzidos 4 Boletins “Elo Associativo” digital (trimestral), que foi enviado/distribuído a todas as filiadas, Estruturas Descentralizadas e parceiros. No âmbito da Capacitação demos um novo passo com a Plataforma MAP que veio substituir com vantagens de consulta e resposta imediata a anterior página Web.

Participámos a convite da Fundação AIP na mostra “Portugal Economia Social” e na NATALIS.

Promovemos a edição e divulgação de 23 Notas Associativas (**NA**) onde, de forma regular e imediata, foram prestadas informações relevantes para as Estruturas Descentralizadas e filiadas nas mais variadas matérias e áreas:

NA 1 - janeiro - Informação sobre a Portaria nº 298/2016, que regula os serviços remunerados de policiamento a eventos, prestados pela GNR e PSP;

NA 2 - janeiro - Algumas recomendações de âmbito fiscal para o ano de 2017;

NA 3 - janeiro - Opinião e propostas de alteração ao projeto de lei 155/XIII;

NA 4 - março - Celebração do Dia Nacional das Colectividades;

NA 5 - março - Candidaturas ao Programa Equipamentos - SP2;

NA 6 - março - Sessão "Rentabilizar Património Ferroviário";

NA 7 - março - Renovação, Reabilitação e Conservação de Instalações Desportivas;

NA 8 - abril - Prémio BPI Seniores;

NA 9 - abril - 25 de Abril - Vamos desfilarmos todos juntos!;

NA 10 - abril - Candidaturas a Financiamentos;

NA 11 - abril - Plataforma MAP;

NA12 - maio - Modelo 22;

NA 13 - maio - Agrupamento Escolar um pedido de inclusão na matéria curricular de uma temática dirigida acerca do Voluntariado no Associativismo;

NA 14 - junho - Atendimento Prioritário - Quota em Dia;

NA 15 - junho - Obrigatoriedade da entrega da IES;

NA 16 - julho - Vantagens e Benefícios da Inscrição na Confederação - Informação SPA;

NA17 - agosto - Confederação no Conselho Económico e Social (CES);

NA 18 - agosto - "Elo Associativo" Especial;

NA 19 - agosto - Prémio Fidelidade Comunidade;

NA 20 - setembro - Fase I do Projeto de Capacitação das Instituições Membros do Conselho Nacional da Economia Social (CNES);

NA 21 - setembro - Nova Lei do Arrendamento Urbano;

NA 22 - novembro - Intervenção do Presidente da Direcção no Congresso da Economia Social;

NA 23 - dezembro - Apoio ao Associativismo Cultural - Às Bandas de Música e Filarmónicas, restituição do IVA relativo ao ano Económico de 2017;

3.11. Pessoal

Tal como estava previsto no PAO, foram feitos todos os esforços para a manutenção dos postos de trabalho. De facto, estes foram mesmo ampliados uma vez que foram admitidas pessoas especificamente dedicadas ao Projeto da Capacitação.

Houve a necessidade de contratação de um Contabilista Certificado por vaga da anterior. Este contrato a termo certo durou 6 meses.

Dos trabalhadores contratados, 6 funcionaram na sede em Lisboa, 1 no Porto e 1 em Santarém.

Há ainda a considerar a contratação de serviços externos (avenças) jurídicos e limpeza.

IV. Nota final

Ao apresentarmos este balanço, não podemos deixar de sentir uma certa angústia por alguns dos nossos problemas persistirem mas, ao mesmo tempo, temos que valorizar o muito que foi feito. A todos os trabalhadores e dirigentes que de forma empenhada e apaixonada contribuíram para este grandioso trabalho, o nosso reconhecimento.

A Direcção Nacional da CPCCRD